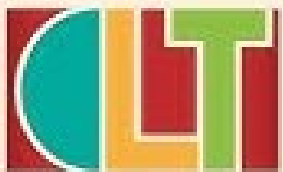


VOZES DA



80 ANOS
DE HISTÓRIA

TST

O contexto histórico da criação da CLT

Min. Mauricio Godinho Delgado



Transcrição do Videocast "Vozes da CLT: 80 Anos de História" - Episódio 1

Link para o vídeo: [Vozes da CLT: 80 anos de história | Episódio 1](#)

Entrevistador Rafael Oliveira:

“Olá, seja muito bem-vinda, muito bem-vindo. Eu sou Rafael Oliveira, e hoje é dia de estreia. Estamos iniciando hoje mais um novo produto desenvolvido pela Secretaria de Comunicação Social do Tribunal Superior do Trabalho. Eu tô falando do videocast ‘Vozes da CLT: 80 Anos de História’. Esse conteúdo vai ficar disponível pra você conferir sempre que quiser no canal do TST no *YouTube* e também em todas as nossas redes sociais .

E o nosso primeiro convidado, convidado pra esse programa de estreia, é um especialista em CLT e também em Direito do Trabalho. Ele nasceu em Lima Duarte, Minas Gerais, graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora, é Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e Doutor em Direito pela mesma instituição. Ele já foi advogado, desembargador, é professor, tem mais de 30 livros publicados e é ministro do Tribunal Superior do Trabalho desde 2007. E é também o atual diretor da Enamat, a Escola Nacional de Informação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho*, ministro Maurício Godinho Delgado.

Ministro, que honra conversar com o senhor nesse programa de estreia. Muito obrigado por ter aceito o nosso convite.”

Ministro Maurício Godinho Delgado:

“Olá, Rafael. Um prazer muito grande. Agradeço o convite seu e da organização do programa do Tribunal Superior do Trabalho na sua parte da comunicação social, sempre brilhante, sempre muito eficiente, muito atualizada. E cumprimento também a todos os ouvintes e telespectadores que participam desse programa. É um prazer muito grande estar aqui para esse bate-papo sobre a nossa legislação trabalhista, os direitos trabalhistas, né, os desafios da nossa Justiça do Trabalho. É um prazer muito grande.”

Entrevistador Rafael Oliveira:

“Maravilha. Ministro, então a gente começa esse bate-papo. Eu já vou pedir logo de cara pro senhor acompanhar com a gente aqui, nessa tela, um vídeo do então presidente da República, Getúlio Vargas. Ele discursando direto do estádio São Januário, estádio do Vasco da Gama, que na época era um local bastante usado pra pronunciamentos políticos e também pra eventos do dia do trabalhador.

[Exibe-se, em tela, um vídeo do período histórico em que Getúlio Vargas era presidente da República]

Ministro Maurício Godinho Delgado:

“Vamos lembrar que o Maracanã só foi inaugurado em 1950 para a Copa do Mundo, que infelizmente não ganhamos.”

Entrevistador Rafael Oliveira:

“Exatamente. Lembrança não muito boa, inclusive.”

Ministro Maurício Godinho Delgado:

“Essa lembrança, nós podemos esquecê-la. Mas em suma, nessa época, em 1943, o estádio São Januário era considerado um grande estádio, né, de maneira que era um local, um palco de importantes manifestações. Sobre essa manifestação, é importante também chamar a atenção que todos os governos, de maneira geral, os governos mais contemporâneos, né, no século XIX, segunda metade do século XIX e, principalmente, a partir do século XX, quando começaram os movimentos sociais de uma maneira mais forte, eles tinham que ter algum instrumento de comunicação com a população .

Nessa época, no Brasil, não havia televisão e havia o rádio. O rádio já era utilizado, sim, pelo governo da época. Inclusive, foi esse governo que criou a famosa ‘Hora do Brasil’, que era às 19h, às 20h. Hoje ela está um pouco espalhada na programação durante o dia, é uma escolha do administrador. Mas é importante ter formas de comunicação porque, de maneira geral, os governos têm uma comunicação muito restrita com a população. Eles têm uma comunicação muito intensa com os setores das elites, que têm acesso aos palácios diuturnamente, marcam audiências com muita facilidade, mas a população não tem esse acesso, todos nós sabemos disso.”

Entrevistador Rafael Oliveira:

“Ministro, o senhor traz aqui características daquele momento histórico, né, e eu queria perguntar pro o senhor, nesse momento, exatamente sobre aquele momento. A gente, hoje, tá bastante acostumado com conquistas muito importantes trazidas pela CLT, como 13º salário, seguro-desemprego, descanso semanal remunerado, entre tantos outros. Mas a gente sabe que, naquele momento, não era bem assim. Então a minha pergunta é: como que era, ministro Godinho, o Brasil daquele momento, o Brasil de 1943, ainda na busca por todos esses direitos?”

Ministro Maurício Godinho Delgado:

“Exato, sem dúvida nenhuma. Essa é uma importantíssima pergunta porque se nós examinarmos a história brasileira a partir da independência do país, 1822, até 1930, os governos brasileiros, desde o Império até os governos da chamada Primeira República, que foram vários governos na sequência de quatro em quatro anos de mandato, é, esses governos, durante, portanto, cerca de 128 anos de história, não construíram nenhuma política pública de caráter social. Vejam bem, isso é um erro, é uma falha, é uma omissão, é, que hoje pra nós seria escandalosa .

Mas foram 128 anos, de 1822 a 1930, sem a presença de uma atuação forte do Estado com relação aos direitos sociais, às questões sociais, às questões previdenciárias, às questões trabalhistas porque essas questões envolvem a maioria da população, de maneira geral. Então a partir da chamada Revolução de 30, que mudou muito o quadro político da época — o quadro político da República Velha era muito parecido, do ponto de vista dos acordos políticos e institucionais com o período imperial, embora fossem formas diferentes de governo, conforme sabemos, mas o fato é que não tinham políticas sociais .

Com a Revolução de 30 é que se inaugurou uma fase em que, além das políticas tradicionais, digamos assim, política econômica, política de defesa do preço dos produtos agrários, que o Brasil, desde o início da sua história, foi um país de exportação, eu me refiro desde 1500, que eu quero me referir, foi um país de exportação de produtos. Então, essa defesa é parte da política. Ninguém combate isso, mas é preciso lembrar também da população. Então, as políticas sociais são focadas na população .

E a partir do governo de 1930, por uma série de razões, é, o governo teve um interesse claro, ainda que com uma série de contradições, como sempre acontece em qualquer contexto que envolva o ser humano, teve um interesse claro em gerar uma política pública que abrangesse pelo menos uma parcela significativa da população brasileira que fosse destituída de poder e de riqueza até então, que eram as classes trabalhadoras urbanas e as pessoas envolvidas ou ligadas a essas classes trabalhadoras urbanas.”

Entrevistador Rafael Oliveira:

“Ministro, esse período de inclusão ao que o senhor se refere, ele também tá aqui no livro, o livro ‘Direito do Trabalho no Brasil’, livro do ministro Maurício Godinho Delgado, que eu vou mostrar pra câmera agora.

[O entrevistador mostra um exemplar do livro citado para a câmera]

Uma intervenção aqui, ministro, porque era exatamente o ponto que o senhor tava falando e que eu li no livro do senhor, né? O senhor fala, ali, da política trabalhista de Getúlio Vargas a partir da década de 1930 e o que o senhor acabou de falar vai muito de encontro com aqueles acontecimentos ali na década de 30. Logo que tomou posse, o presidente Vargas criou, ali, o Ministério do Trabalho, aí teve também as Constituições de 1934, 1937, essa que deu início ao Estado Novo e um pouquinho adiante, em 1941, a criação da Justiça do Trabalho. Tudo isso anterior à criação da CLT, né?”

Ministro Maurício Godinho Delgado:

“Da própria CLT, é verdade.”

Entrevistador Rafael Oliveira:

“Então todos esses momentos históricos serviram de arcabouço, por isso, ‘consolidação’ pra que em 43 a gente pudesse ter de fato o documento oficial, a protagonista aqui do nosso assunto, a CLT, não é mesmo?”

Ministro Maurício Godinho Delgado:

“É verdade, a CLT é exatamente uma conjugação dessas políticas públicas. Daí a palavra ‘consolidação’ que o governo da época quis, propositadamente, fazer uma referência a toda a obra que veio sendo construída desde 1930, desde outubro de 1930. E, efetivamente, esse período foi um período de transformações muito importantes pro país. Eu vou falar dos problemas também, não vou só elogiar, não. Vou falar dos problemas.”

Entrevistador Rafael Oliveira:

“Claro, sem dúvida.”

[risos]

Ministro Maurício Godinho Delgado:

“Vejam bem, foi o período em que o Brasil ingressou no constitucionalismo social. O Brasil não conhecia, não fazia parte do chamado constitucionalismo social. Aqui nós só tínhamos tido a Constituição de 1891, que é a primeira Constituição da república, que era uma Constituição liberal tradicional e que não tinha visão para as questões relacionadas a 90% da população. 90% da população não faziam parte do temário constitucional. Esse é o liberalismo primitivo, que a Constituição de 1891 abraçou. Ela foi um avanço perante o império? É claro que foi. Mas esse lado ela não teve preocupação, as políticas sociais .

Então, em 1934 nós temos uma nova Constituição que às vezes provoca no leitor uma ilusão de ótica. Porque a Constituição de 1934 durou muito pouco tempo, infelizmente, porque em 1935 já teve um estado de sítio. E nós sabemos que o estado de sítio suspende as garantias constitucionais, não é? Então, vai-se dizer 'ah, essa Constituição não vale nada, durou um ano e meio'. Não é verdade.

Essa Constituição trouxe para dentro do Brasil a ideia de direito social, a ideia de direitos individuais, mas também, ao mesmo tempo, direitos sociais. Porque a ideia de direitos individuais que o liberalismo trazia era só direito absolutamente personalíssimo do indivíduo e, mesmo assim, de uma fração muito pequena da população. Então, a Constituição de 1934 foi como um grande luminar que iria inspirar o nosso desenvolvimento posterior. É claro que nós tivemos a Constituição de 1937, que nós devemos até desmerecê-la ao máximo. Foi um intento, né, meramente ditatorial. Não vale nada do ponto de vista desse avanço social.

Mas, tão logo o país redemocratizou, surgiu a Constituição de 1946, que era muito inspirada na Constituição de 1934 . E, a partir daí, de 1934, algumas consequências aconteceram para sempre, felizmente. É claro que há consequências ruins também, mas algumas positivas. Em primeiro lugar, do ponto de vista do direito do trabalho e do direito da seguridade social, que são direitos que atendem ao conjunto da população e não só às elites, a Constituição de 1934 foi muito importante. Foi a primeira a incorporar esses direitos no seu interior e isso, daí para frente, passou a se repetir em todas as constituições .

Outro aspecto muito importante: a Constituição de 1934 foi a Constituição que estendeu o direito universal e pleno às mulheres. Ora, eram 50% da população, e continuam a ser, e não tinham direito a voto. Alguns estados, que eram coisas residuais, tinham uma legislação mais favorável e permitiam o direito de voto das mulheres. Mas, isso era residual. E tanto era residual, que a história demonstra que nós temos pouquíssimas mulheres parlamentares ou vereadoras antes de 1934. Então-”

Entrevistador Rafael Oliveira:

“Apesar de ter deixado... Desculpa, ministro. Apesar de ter deixado de fora diversas categorias, pr’aquele momento, pr’aquele contexto histórico, ela foi um avanço. Dá para dizer isso?”

Ministro Maurício Godinho Delgado:

“Exatamente. Você fez a leitura correta, e nós temos que fazer a leitura correta. Então, nós temos que colocar as questões dentro da história. Não tem jeito de se descobrir todas as ideias benéficas para a humanidade num mesmo momento. Então, a Constituição de 1934 e essa fase que o Brasil vivenciou foi muito importante por várias razões: chamou atenção para os direitos sociais, demonstrando que, concretamente, eles podem existir e eles fazem bem para o país, inclusive, bem para a economia, ao contrário do que se diz hoje; em segundo lugar, chamou atenção para os direitos da Seguridade Social. Imagine nós vivermos sem direito à Seguridade Social. Será que nós não vamos adoecer nunca? Será que a idade não vai chegar nunca? É óbvio que sim. Então, o direito de Seguridade Social de boa qualidade é muito importante. Então, esse período chamou atenção para esses direitos sociais que atendem a uma amplitude muito mais significativa da população.”

Entrevistador Rafael Oliveira:

“Seguridade Social que, inclusive, já começou a ser discutida em 1923, se eu não me engano, com a criação das CAPs, as Caixas de Aposentadoria e Pensões. Ainda, ali, um projeto embrionário, né?”

Ministro Maurício Godinho Delgado:

“Exato. Na verdade...”

Entrevistador Rafael Oliveira:

“Que passou a depois ter as IAPs”

Ministro Maurício Godinho Delgado:

“Você tem toda a razão, mas foi uma única caixa.”

Entrevistador Rafael Oliveira:

“Exato.”

Ministro Maurício Godinho Delgado:

“Foi a caixa...”

Entrevistador Rafael Oliveira:

“Dos ferroviários.”

Ministro Maurício Godinho Delgado:

“É, dos ferroviários. Ao passo que na década de 30 foram criados os IAPs (leia-se ‘iapês’) ou IAPs (leia-se iapês). A minha geração fala IAPs (‘iapês’), a sua geração fala IAPs (‘iapês’). Você tem razão, tanto faz.

[risos].

IAPs, Institutos de Aposentadorias e Pensões. É.. Na década de 30 e 40 foram criados IAPs dos comerciários, industriários, bancários, ferroviários, marítimos... Vários, vários IAPs. Então, ou seja, num projeto muito semelhante ao da Alemanha, de Bismarck, que era do final do século XIX. É claro que...”

Entrevistador Rafael Oliveira:

“Que era um exemplo positivo da Europa, que foi meio que copiado.”

Ministro Maurício Godinho Delgado:

“Positivo. Agora, onde que tá o lado negativo, pra não parecer que nós estamos sendo ingênuos? Claro que havia um lado negativo, não há a menor dúvida. Essa legislação toda, tanto a trabalhista quanto a previdenciária, começou só com os trabalhadores urbanos, com quem vivia nas cidades. Não atingiu o campo. Isso merece uma crítica? É claro que merece uma crítica. E não atingiu também uma categoria muito importante, que é a categoria de trabalhadores e trabalhadoras — a maioria são mulheres domésticas. Também não atingiu.”

Entrevistador Rafael Oliveira:

“Ministro, essas categorias que não foram incluídas... Era exatamente o ponto que eu queria abordar com o senhor agora. Se o senhor me permite, eu vou chamar novamente na nossa tela alguns recortes de jornais do jornal Gazeta de Notícias, da época de 1943. A gente tem aí 8 de agosto de 1943, portanto, 90 dias depois daquele 1º de maio. E o destaque de tela, dizendo ali que todos os trabalhadores foram abrangidos, um pouco abaixo, inclusive os trabalhadores rurais. Mas a gente sabe, né, ministro, que na prática não foi bem o que aconteceu.”

Ministro Maurício Godinho Delgado:

“Exato, é. Na verdade, o que acontece aí? Nós temos que compreender a época, é muito importante. Eu vejo, às vezes, autores criticando o governo Vargas só vendo o lado do defeito. Isso é como examinar qualquer pessoa. Se você quiser olhar só o defeito, você não está examinando a pessoa. Você está sendo induzido por uma visão preconceituosa sua, nossa, que olhamos as coisas a partir de uma ótica limitada e parcial. É, e evidentemente que esse defeito aconteceu, não houve a extensão da legislação trabalhista ao campo. Isso só veio a acontecer 20 anos depois, em 1963, com a lei chamada Estatuto do Trabalhador Rural. Estendeu a legislação ao campo — é claro que o processo de concretização disso foi lento, principalmente porque poucos meses depois teve o golpe de Estado de 1964, que não era muito simpático às questões trabalhistas, e aí não acelerou o processo de efetivação da legislação trabalhista no campo. Mas, de toda maneira, foi deflagrada a fase nova de avanço da legislação trabalhista no campo.

E com relação à legislação, também, previdenciária, em 1960 surgiu uma lei que tentou unificar o funcionamento dos IAPs (‘iapês’), ou dos IAPs (‘iapes’)...”

[risos]

“...Como você fala — as duas coisas estão certas. É... tentou unificar e, mais importante, em 1965, 66 e 67, surgiram alguns decretos-leis, leis e decretos-leis, que estatizaram os IAPs porque os IAPs eram meio mistos. Eles eram semiestatais, mas eles tinham uma administração privada, inclusive com a participação de sindicalistas, o que não é recomendável porque, obviamente, os sindicalistas não são técnicos em previdência social. Mas era a estrutura da época.

Na década de 60, foi criado o INPS, que era o nome na época, hoje, INSS. Conforme nós sabemos, INPS é apenas uma fração do chamado INSS. Então, a nossa estrutura pública de seguridade social. Então, vejam que é muito importante a criação de um fenômeno progressista porque ele vai se ampliar depois, ele vai se aperfeiçoar depois. Então, o que esse livro procura mostrar é esse aspecto, mas nós também enfatizamos os aspectos negativos também porque nós temos que ter uma visão realista dos problemas.”

Entrevistador Rafael Oliveira:

“Ao longo de 80 anos, bons e, em alguns momentos, não tão bons assim, né?”

Ministro Maurício Godinho Delgado:

“Exato, sem dúvida.”

Entrevistador Rafael Oliveira:

“Ministro, antes da gente dar sequência no nosso papo, eu quero mais uma vez agradecer a você que tá acompanhando aqui o nosso *videocast* de estreia. A gente tá mais ou menos na metade do nosso papo. Esse é o *videocast* ‘Vozes da CLT: 80 anos de História’. Programa de estreia, hoje com o ministro Maurício Godinho Delgado, ministro do TST, também diretor da Enamat*.

E, ministro, eu, dando sequência no nosso bate-papo aqui, eu queria encerrar esse período que a gente pode chamar, ali, de período da institucionalização da CLT. Aquele período inicial que teve um detalhe, também, muito curioso que eu quero abordar com o senhor. Na própria publicação da CLT em 1943, o anúncio, como a gente já falou, foi feito aqui em 1943, mas o documento não foi criado, não foi discutido com o auxílio do parlamento porque tanto a Câmara Federal quanto o Senado Federal estavam de portas fechadas. Uma iniciativa, ali, daquele momento, uma atitude, sem dúvida, ditatorial pr’aquele momento histórico. E a minha pergunta para o senhor é: o fato do Congresso Nacional, casa do povo, e também das federações estarem fechadas, isso de certa forma não influenciou negativamente no próprio documento da consolidação das leis do trabalho?”

Ministro Maurício Godinho Delgado:

“É. Sem dúvida nenhuma, quando nós examinamos a legislação trabalhista brasileira, a legislação previdenciária, o governo Vargas e esse período da história, não há como negar que esse foi um período em que houve um grande autoritarismo também. Quem disser que não houve, não está falando a verdade, lamento muito. Agora, o que nós tentamos ponderar é que não se pode examinar só um lado da história.

Apesar de ter sido um período em que vicejou o autoritarismo, inclusive em todo o mundo ocidental, vamos lembrar disso — em todo o mundo ocidental houve experiências autoritárias em países que nós admiramos, como países democratas hoje em dia —, mas o fato é que foi um período, também, de inclusão.

Então, vejam bem, a população formada por trabalhadores e trabalhadoras, eles eram desconsiderados no período anterior, conforme falamos, desde o início da colônia até 1930. Nós não tínhamos um direito do trabalho formado. Existiam, claro, algumas leis, conforme você lembrou muito bem, a lei previdenciária dos ferroviários de 1923, existiam algumas leis esparsas relativas a uma categoria profissional ou outra categoria profissional, existia um código de menores — que era a expressão da época, hoje nós falaremos ‘criança’ e ‘adolescente’ —, existiam algumas leis.

Mas não existia uma complexidade de normas que abrangesse vários aspectos, criando inúmeros direitos, conforme nós chamaríamos, um ramo jurídico complexo e bem construído, bem acabado. O movimento sindical, também, era objeto de profunda repressão nessa época, vários documentos, vários historiadores demonstram isso. E nós não tivemos, portanto, nesse período anterior, uma situação de reconhecimento, de institucionalização de direitos sociais. Existiram muitas lutas, a população negra, da mesma maneira que se revoltou e se defendeu e tentou combater da melhor maneira possível a escravidão, o Brasil — hoje é incontestável pelas pesquisas de historiadores, sociólogos e antropólogos — é o país que teve o maior número de quilombos em todas as Américas, e os quilombos eram uma forma de resistência, não é verdade?”

Entrevistador Rafael Oliveira:

“Sim.”

Ministro Maurício Godinho Delgado:

“Criava-se uma outra sociedade contra a sociedade escravagista. Houve greves, existiram greves, até, ah, duas greves que aconteceram curiosamente no mesmo ano. Uma na Bahia, chamada Greve dos Ganhadores, e outra no Rio de Janeiro, que era a capital da república, a Greve dos Gráficos. A Greve dos Ganhadores formada, principalmente, por trabalhadores negros. Inclusive, alguns vários trabalhadores escravizados, que eram aquelas pessoas que faziam transporte urbano de pessoas e coisas na capital da Bahia, Salvador. E os gráficos que imprimiam, faziam os jornais da época, que eram a forma principal de comunicação, de divulgação existente naquele período.

Então, houve movimentos sociais, greves, o sindicalismo cresceu mais para o final do século XIX, e foi um processo de evolução, mas não a ponto de gerar algo que nós pudéssemos chamar de um conjunto, um complexo de direitos, institutos, regras e princípios para a proteção daqueles que vivem do trabalho. Isso realmente só foi existir depois. Então, esse lado autoritário existe, nenhum de nós vai negar. Mas há uma crítica aí que me parece não só injusta, mas politicamente viesada. Quando só se fala do defeito, é para se esquecer das virtudes, não é verdade?”

Entrevistador Rafael Oliveira:

“Justamente.”

Ministro Maurício Godinho Delgado:

“E as pessoas pobres, trabalhadoras, que passaram a ser cidadãs, passaram a ter um conjunto de direitos reconhecido pelo Estado? Né? As mulheres, que passaram a ter o direito de voto e que passaram a ter também normas jurídicas que as protegiam? É claro, algumas normas não as protegiam. Por exemplo — tudo na vida é um pouco assim, né —, tinham normas na CLT que praticamente proibiam o trabalho noturno da mulher. Não deixa de ser uma restrição, não é verdade? Mas nós temos que nos colocar na época .

Essas normas visavam, sem dúvida nenhuma, a proteger uma espécie de sociedade patriarcal, né, ‘a mulher, à noite, tem que ficar em casa’. Isso hoje seria impensável, mas essa crítica não elimina o papel das mulheres no sistema produtivo, inclusive, não só no sistema familiar, é óbvio, mas no sistema produtivo. Inclusive, as mulheres ingressaram no mercado de trabalho e ingressaram como sujeitos jurídicos. Isso faz muita diferença. Então, é preciso de nós não nos perdermos só na crítica, é preciso de nós vermos o conjunto da obra. E o conjunto da obra é que o período de 1930 nos colocou também... Foi o primeiro período em que o Brasil ratificou convenções internacionais do trabalho.”

Entrevistador Rafael Oliveira:

“E o senhor fala disso, inclusive, aqui no livro, né?”

Ministro Maurício Godinho Delgado:

“Falo... falo isso. Provo!”

Entrevistador Rafael Oliveira:

“Exato. O senhor cita, inclusive, quais foram ratificadas, né. Um período, ali, em que o Brasil se tornou signatário...”

Ministro Maurício Godinho Delgado:

“Nunca tinha ratificado nenhuma!”

Entrevistador Rafael Oliveira:

“Justamente.”

Ministro Maurício Godinho Delgado:

“Então os críticos, eles agem assim: eles não enxergam as vantagens, só enxergam as críticas.”

Entrevistador Rafael Oliveira:

“Ministro, eu queria avançar um pouquinho agora com o senhor.”

Ministro Maurício Godinho Delgado:

“Sim, sim. Claro.”

Entrevistador Rafael Oliveira:

“Superando, então, esse período da institucionalização da CLT. E agora, a gente pegando aquele período de expansão da legislação trabalhista... alguns chamam de período de refluxo da legislação trabalhista, mas especialmente a década de 60. Foi uma década muito importante. O senhor já citou, aqui, o golpe de Estado e outras leis, as chamadas Leis Esparsas, que influenciaram bastante e, alguns anos depois, se tornaram direitos sociais, incluídos na Constituição Federal de 1988. Fala pra nós, ministro, um pouco sobre esse período tão importante, mais ou menos o meio desse período histórico, desses 80 anos que a gente tem de CLT.”

Ministro Maurício Godinho Delgado:

“Sem dúvida. É... Nós poderíamos dividir, até eu fiquei tentado a dividir um pouco a história brasileira dessa maneira, pegando alguns parâmetros importantes da história. De 1945, quando cai a ditadura Vargas, até abril de 1964, quando começa outra ditadura, infelizmente, o país avançou muito, o país avançou muito. Internamente e nas suas relações externas. Esse avanço se deu porque ele foi uma continuidade daquela estratégia, usando a sua expressão, que vem lá dos anos 30, ou seja, a continuidade da legislação trabalhista, a incorporação das pessoas que vinham do campo para a cidade — a urbanização cresceu muito no Brasil, sempre cresceu, desde 1930, um processo de crescimento.

O governo Vargas, sem querer voltar atrás, ele teve uma lei muito interessante. Eu, durante muitas décadas, eu critiquei essa lei, achava que essa lei foi feita só pra perseguir imigrante, politicamente, que os imigrantes eram muito politizados, os imigrantes europeus. Mas essa lei tem um outro lado, que eu descobri recentemente, com os novos estudos feitos, que deram origem, inclusive, a essa lei. Ela, de fato, foi feita para dar um basta — não ‘um basta’, mas diminuir a imigração europeia porque, segundo as elites da época, inclusive Getúlio Vargas, vinham muitos comunistas, socialistas, anarquistas para o Brasil.

Então, foi criado desde 1930. Em dezembro de 1930, surge um decreto que fala que dois terços dos empregos no Brasil tinham que ser ocupados por nacionais, brasileiros natos ou naturalizados. Só um terço por imigrantes. E depois, em 1932, veio um segundo decreto

que, vamos dizer, regulamentou e deu efetividade, inclusive, por multas, se a empresa não cumprisse.”

Entrevistador Rafael Oliveira:

“Uma tentativa, ali, de frear a entrada dos comunistas, segundo o governo estrangeiro.”

Ministro Maurício Godinho Delgado:

“Isso, isso. Exatamente. No fundo, eu só vi esse lado! Digo com o coração aberto. Mas tem um outro lado. Ao determinar que dois terços das vagas de emprego no Brasil era para brasileiros, embora o Getúlio Vargas em si não fosse um político que desse importância à questão racial — não dava mesmo, e tinha muito racista dentro do governo dele, é um outro assunto, não dá para entrar em todos os assuntos aqui —, mas ele abriu um campo de trabalho formal, até mesmo para parte da população negra que habitasse a cidade. Então, isso é muito interessante. Agora, recentemente, em Minas Gerais, foi descoberto o trabalho de um fotógrafo que viveu nada mais, nada menos do que 100 anos. E ele morreu...”

Entrevistador Rafael Oliveira:

“Nossa!”

Ministro Maurício Godinho Delgado:

“Exatamente! Um fotógrafo do interior de Minas. Os mineiros não morrem.

[risos]

Eu espero continuar nessa tradição.

Então, esse fotógrafo, ele gostava de fotografar as classes populares, e o TRT publicou... de Minas Gerais, fez uma exposição belíssima — eu fui lá visitar a exposição — e publicou um livro, e tem um livro, uma dissertação de mestrado pela UFJF sobre esse fotógrafo. E ele tirava fotos. Quando foi criada a CLT com a carteira de trabalho e a foto, ele tirou fotos de todos os empregados das empresas das regiões do interior de Minas Gerais. E aqueles livros são uma preciosidade porque não tem mentira ali. Tem gente mentindo na foto? Você tem brancos, negros, e hoje o que chamamos de pardos, a lei chama. O que mostra muitas mulheres, muitas mulheres.

Então, ou seja, olha o lado progressista da legislação trabalhista. Aí vai dizer ‘Ah, mas são pobres’. Sim, mas os outros são miseráveis. Houve um avanço. Essas pessoas que têm emprego, elas avançam, elas conseguem dar uma educação aos seus filhos. Por quê?

Porque elas têm uma previsão, né? 'Vou receber o salário, vou receber depois o décimo terceiro, eu tenho férias, posso passear com o pessoal...'. Ou seja, o direito do trabalho dá civilidade. Pode dar muito mais? Pode! Quanto maior o salário, sem dúvida nenhuma. Mas ele dá civilidade às pessoas."

Entrevistador Rafael Oliveira:

"E agora, ministro, eu quero avançar mais um pouquinho pra falar, novamente, sobre alterações."

Ministro Maurício Godinho Delgado:

"Perfeito."

Entrevistador Rafael Oliveira:

"Talvez a maior de todas, lei 13.467 de 2017. Como a gente conversava aqui no início, o senhor atuou bastante naquele período, auxiliando os parlamentares com informações. Mas o fato é que a reforma trabalhista foi aprovada, e ela divide opiniões. Ainda hoje, né, pouco mais de seis anos após a aprovação da reforma trabalhista, muitos dizem que o documento promoveu, ali, de certa forma, uma retirada de direitos. Eu queria saber a opinião do senhor em relação a essa grande alteração sofrida pela legislação trabalhista, reforma trabalhista de 2017."

Ministro Maurício Godinho Delgado:

"2017. É, eu, de fato, participei de várias comissões. Fui convidado pelo Congresso, pela Câmara e pelo Senado para me manifestar. E quero dizer que sempre me manifestei criticamente à reforma porque eu logo, logo percebi que o objetivo da reforma era retirar direitos. Era flexibilizar, desregulamentar, diminuir o padrão de direitos, enfraquecer o sindicalismo, que é uma forma de você também diminuir direitos, e, em suma, revogar uma série de proteções jurídicas.

Mas o fato é que ela foi aprovada. Era um período, também, anômalo, vivenciado pela nossa vida política porque um governo eleito foi derrubado, e isso desequilibra todo o processo, de maneira que é uma reforma realmente que trouxe uma redução de direitos muito significativa. Mas o fato é que, ao se retirar direitos, não se criam empregos. Ao contrário, se precariza a vida das pessoas. Porque o que cria emprego, já falamos, vimos pelo exemplo dos 50 anos deflagrados pela década de 30, é exatamente o dinamismo da economia. Exceto pequenas ilhas ou países muito pequenos, que os neoliberais sempre

pegam o exemplo de pequenas ilhas, ou países pequenos, aí é muito fácil fazer experimentação.”

Entrevistador Rafael Oliveira:

“Um contexto econômico completamente diferente do nosso.”

Ministro Maurício Godinho Delgado:

“É. Aí basta jogar um monte de dinheiro externo lá, que aquilo vira um milagre. Agora, em países médios e grandes — e o Brasil é um país gigantesco — é preciso que a economia interna, o mercado interno seja forte. É impossível nós vivermos só de exportação, e nem podemos porque a população também tem que ter a sua vida. Então, é preciso que o mercado interno seja forte, então o mercado interno só é forte se houver direitos. Os direitos são um instrumento de política pública para fazer uma economia forte, uma economia saudável, uma economia competitiva. É assim que se constroem grandes empresas, médias empresas, e até pequenas empresas, né?”

Entrevistador Rafael Oliveira:

“Ministro, a gente já tá aqui chegando no fim do nosso papo, e pra encerrar, ministro, eu quero fazer uma última pergunta, uma pergunta bastante representativa do ponto de vista histórico, que é em relação ao legado. A gente tem 80 anos de história da CLT, como já foi dito, ela passou por várias mudanças, várias alterações importantes que mudaram bastante o cenário. E eu pergunto: qual é, então, ministro, o legado deixado por esse documento tão importante?”

Ministro Maurício Godinho Delgado:

“O legado é muito importante. Quando se fala na CLT de 1943, isso é quase que uma metáfora porque a CLT já sofreu várias alterações, o legislador atualiza as leis, todas as leis são atualizadas. Então, a CLT não é exatamente aquele documento de 1943. Vou dar um exemplo aqui, prático: toda a parte previdenciária está lá fisicamente, mas já não vale nada porque surgiram leis novas, que precisavam de ser muito mais abrangentes — conforme falamos, o sistema mudou bastante —, estão fora da CLT. Então, nesse contexto também, a legislação foi bastante atualizada. E, além disso, a jurisprudência também tem o papel de atualizar as leis fazendo adequações, não no sentido de criar coisa nova, mas no sentido de fazer adequações às mutações ocorridas ao longo do tempo.

Então o legado da CLT me parece que é essencialmente aquele lado positivo, o lado de que deu cidadania institucional jurídica, econômica, social e cultural às pessoas que vivem do

trabalho. É claro que existem pessoas na sociedade, em geral, abastadas, que consideram isso irrelevante. Por quê? Porque vivem não exatamente do trabalho, mas vivem de outras formas de renda. Mas eu creio que, numa democracia, num Estado democrático direito, a valorização da pessoa humana passa pela valorização do trabalho. E esse legado da CLT é muito importante. Sempre renovando, é claro, fazendo atualizações, ajustes aqui e ali, mas sem perder a essência de ser um documento de cidadania do ser humano que vive do trabalho.”

Entrevistador Rafael Oliveira:

“Maravilha! E assim a gente encerra esse programa de estreia, o primeiro *videocast*, *videocast* ‘Vozes da CLT: 80 anos de História’.

Você que acompanhou a gente até aqui, muitíssimo obrigado pela sua audiência. Quero lembrar que esse conteúdo vai ficar disponível nas nossas redes sociais e também no canal do TST no *YouTube*.

Ministro Maurício Godinho Delgado, nosso primeiro entrevistado aqui no bate-papo do nosso primeiro *videocast*, ‘Vozes da CLT: 80 anos de História’. Ministro Godinho, muito obrigado por ter participado conosco.”

Ministro Maurício Godinho Delgado:

“Eu que agradeço, Rafael. Agradeço aos organizadores do evento e agradeço especialmente a todos aqueles que nos ouvem ou assistem esse *podcast*.

[errata: o ministro confundiu a palavra *podcast* com a palavra *videocast*, que é o formato do programa]

E sucesso para esse programa, aí. Que tenha várias etapas, é, cada vez melhores e trazendo um belo serviço público para a nossa população.”

Entrevistador Rafael Oliveira:

“Maravilha! Mais uma vez, obrigado, ministro. A você, muito obrigado e até a próxima.”

□ [Música para encerramento]